

Sarney examina hoje parecer sobre tabelamento de juros

JOSIAS DE SOUZA

Diretor-executivo da Sucursal de Brasília

No mesmo instante em que o presidente José Sarney jurava manter, cumprir e respeitar a nova Constituição, às 15h51 de ontem, no plenário da Câmara, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, trabalhava em seu gabinete, no Palácio do Planalto, na regulamentação de um dos artigos do texto constitucional. Saulo dava os retoques finais num parecer de aproximadamente 30 páginas datilografadas, sobre o tabelamento anual dos juros em 12%. No início da noite, o consultor havia concluído sua tarefa.

Remeteu o parecer para a análise e aprovação do presidente José Sarney.

Segundo Saulo, o presidente Sarney deve examinar seu parecer hoje. Caso o aprove, o Gabinete Civil da Presidência remeterá o documento para publicação no "Diário Oficial da União" de amanhã. O texto redigido pelo consultor conclui basicamente que o tabelamento dos juros não é uma norma auto-aplicável, apesar de ter sido aprovada pelo Congresso constituinte. O tabelamento depende, na sua opinião, de duas leis: uma deve estabelecer o que são juros reais e outra precisa definir as punições a que estarão

sujeitas as instituições que não respeitarem o tabelamento de juros.

O consultor informa que, a partir da publicação do parecer no Diário Oficial, seu conteúdo passa a ter força de lei nas instituições financeiras oficiais. Por consequência, o Banco Central cuidará de distribuir uma instrução normativa, estendendo as normas a todo o sistema financeiro. Deste modo, também as instituições privadas não precisarão aplicar o tabelamento dos juros enquanto os congressistas não aprovarem as leis que complementarão o texto da Constituição. Tudo dependerá da aprovação do presidente Sarney.

A Folha obteve ontem no Planalto a informação de que Sarney encontrava-se dividido em relação ao parecer de Saulo. Como seu conteúdo foi divulgado antecipadamente, começaram a chegar à Presidência da República pressões de diferentes setores. Exemplo: alguns banqueiros pressionam a favor da aprovação do parecer de Saulo — não querem aplicar o tabelamento dos juros, pelo menos por enquanto. Empresários do setor industrial pedem o engavetamento do documento redigido pelo consultor — reivindicam a aplicação imediata do tabelamento. Sarney tende a aprovar as sugestões de Saulo.

Em entrevista ao repórter José Roberto Toledo, da Sucursal de Brasília, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Raphael Mayer, disse ontem que as divergências sobre a aplicação do tabelamento dos juros devem chegar ao STF. Ele não quis manifestar-se sobre o mérito da questão. Apenas informou que uma pessoa que se julgue prejudicada, deve recorrer às instâncias inferiores da justiça. Apenas depois de um prazo que pode variar de seis meses a um ano os processos devem começar a chegar ao STF, onde serão analisados por um colegiado de onze juizes.

Consumidores podem recorrer à Justiça pelos 12%

Da Redação

A pessoa que fizer empréstimo ou compras a prazo a partir de hoje e observar que os juros cobrados ultrapassem 12% reais ao ano poderá entrar na Justiça, para pedir o adequamento do contrato — fazendo o pagamento em juízo — ou pedir ressarcimento caso algum pagamento já tenha sido feito. A opinião é dos advogados Walter Ceneviva e Paulo Rocha. Isso porque, a Constituição em vigor determina o tabelamento de juros.

Ceneviva disse que quem observar cobrança acima da taxa constitucional pode considerar o tabelamento automaticamente aplicável e fazer denúncia policial, por ofensa à lei de usura. Paulo Rocha confirma esse aspecto penal. "Em tese, classifica-se em crime contra a economia popular". Caberá à Justiça julgar a questão.

Mesmo com a possibilidade de ação judicial contra juros que ultrapassem o determinado na Constituição, os dois advogados fizeram questão de dizer que o assunto é delicado e ninguém sabe ao certo se é ou não auto-aplicável. Por considerar o assunto delicado é que a Secretaria de Defesa do Consumidor de São Paulo prefere esperar a definição para se pronunciar. "Todo mundo está aguardando o parecer do Saulo Ramos (consultor-geral da República). Vamos esperar o posicionamento do Banco Central", disse o secretário de Defesa do Consumidor, Paulo Salvador Frontini.

Sobre o possível parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, relacionado ao tabelamento dos juros, Walter Ceneviva disse que só terá validade, depois de assinado pelo presidente da República, para o Executivo. Caso o parecer seja contrário à auto-aplicabilidade do tabelamento, os bancos oficiais e estatais poderão desrespeitar os 12%. Mas se o Poder Judiciário se posicionar contra o parecer, ele perderá sua validade, disse Walter Ceneviva.

Financeira do Paraná paralisa suas atividades

Da Sucursal de Curitiba

A Paraná Financeira, responsável por um volume de 400 contratos diários de empréstimos, paralisou ontem em Curitiba suas atividades até a definição pelo governo do tabelamento dos juros em 12%. A empresa aguarda até segunda-feira as normas que deverão vigorar no setor com a promulgação da Constituição, informou Joel Malucelli, diretor-presidente. Dos 400 contratos diários, e que movimentam mensalmente Cr\$ 280 milhões, 200 são de crédito direto ao consumidor.

A financeira do Banco Bamerindus está atendendo apenas clientes antigos, emergências e contratos de menor risco. Ontem, segundo o diretor financeiro do banco, Maurício Schulman, os contratos assinados previam 12% de juros.

Lojas baianas ficam sem opção para crédito

Da Sucursal de Salvador

Cerca de cem lojas da capital baiana que trabalham com a financeira Losango para vender a crédito terão de suspender as vendas, pois a financeira não vai operar, esperando a reunião do Conselho Monetário Nacional, que deve definir o indexador adequado para as financeiras. A Provedora, uma das lojas afetadas, trabalhará com seu crédito próprio — entrada de 40% a 50% e o restante em quatro parcelas.

Ontem, a Fininvest encerrou seus empréstimos às 15h30. Antes disso, refinanciou prestações com juros de 1% ao mês, segundo o gerente da filial Iguatemi, Marco da Silva. Os clientes que tinham prestações vencidas ontem foram informados de que a cobrança seria feita hoje, sem juros.

Instituições do Sul suspendem os empréstimos

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente da Associação Rio-grandense de Companhias de Crédito, Investimento e Financiamento (Agecif), Ricardo Malcon, estimou que "95%" das financeiras gaúchas suspenderam ontem o empréstimo de dinheiro. A medida, disse, permanecerá até que o Banco Central se manifeste sobre a aplicação do tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, conforme estabelecido pela Constituição que entrou em vigor.

"Na nossa opinião, o dispositivo não é auto-aplicável", disse Malcon, ao fazer uma avaliação da paralisação dos empréstimos pelas financeiras. "Decidimos suspender esta atividade porque o tabelamento é inviável. Não queremos afrontar a Constituição operando com as taxas que seriam normais", disse.